

“Nós também fazemos história”: Protesto e cidadania num contexto democrático

*José Manuel de Oliveira Mendes**

1. Introdução

Esta comunicação reporta alguns dados de um estudo que se inclui num projecto de investigação mais vasto.¹ Este projecto pretende analisar a lógica e a dinâmica do protesto social em Portugal. O objectivo fundamental é elaborar uma análise comparativa geracional sobre os temas gerais de protesto, as capacidades de mobilização, a emergência de lideranças e as suas características socioculturais.

Argumenta-se que a sociedade portuguesa, por influência directa da Revolução de Abril de 1974, é uma sociedade crítica (conceito de Luc Boltanski) ancorada num localismo acentuado. Optando por não tomar esse localismo como um factor negativo, procura-se verificar como o mesmo pode potenciar uma renovação da vivência política, assente na participação e na proximidade dos poderes aos cidadãos, numa democratização radical da vida social e política. Daí que seja importante para este projecto ver como se cruzam, constroem e reconstroem as memórias políticas desse passado revolucionário e como são apropriados ou aplicados em novos contextos e a novos problemas símbolos e cânticos que fazem parte de um reportório comum de protesto.

No estudo de caso que hoje apresento procuro ver como na prática se produz e se mantém uma luta, que argumentos, recursos e relações são mobilizados e que adversários e aliados são indicados. Numa lógica mais descritiva é meu objectivo perceber a dinâmica, as contradições, os paroxismos e as continuidades do protesto, isto é, apreender uma prática e uma mundaneidade das acções de protesto. Escolhi como estudo de caso o Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim. Este Movimento assumiu nos últimos anos uma grande visibilidade na opinião pública nacional, devido sobretudo à espectacularidade das acções empreendidas. Esta maior visibilidade deriva de uma mudança na liderança do Movimento e num consequente alargamento das redes de contacto. O Movimento assume agora como interlocutores e interpela os órgãos políticos a nível nacional (Presidente da República; Assembleia da República; direcções nacionais do partidos, etc.).

O artigo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte apresento, de forma sintética, as balizas teóricas que me orientaram na pesquisa empírica e na análise dos dados recolhidos. Na segunda parte, procedo a uma reflexão sobre o potencial emancipatório desta luta concreta.

2. Algumas considerações teóricas

A nível mais geral, pretendo, a partir deste caso empírico, pensar o político, distinguindo-o da política enquanto práticas e dimensões governamentais, institucionais e político-partidárias. Como refere Andrew Barry (2001), *Political Machines. Governing a Technological Society*, apoiando-se nas propostas teóricas do filósofo Giorgio Agamben, deve-se atender a uma etnografia do político que tenha em conta a especificidade do acontecimento. Mais do que procurar a existência de identidades políticas, ideologias ou movimentos sociais, deve-se descrever as próprias acções feitas em nome do político. E uma acção entra na categoria

* Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

¹ Este texto deriva dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto *Movimentos Sociais, Protesto e Democracia Participativa* (POCTI/SOC/37765/2001), apresentado no Centro de Estudos Sociais e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

do político pelo grau em que desvenda e abre novos lugares e objectos de contestação no espaço público.

Como refere Isabelle Stengers (2002), o importante é estar atento às situações criadoras de devir, de futuro. O facto de existir um protesto ou um movimento obriga os outros agentes que gravitam no seu campo de acção a tomá-lo em consideração, mantendo aberto o número de possibilidades e obrigando-nos e às agências de controle e de dominação a pensar, a reagir, a controlar, a integrar, a combater.

Outro objectivo deste estudo é dialogar criticamente com o conceito de populismo, usado pejorativamente nas análises dos cientistas sociais e nos fazedores de opinião, demonstrando o pouco à vontade demonstrado para analisar e perceber as acções de protesto e as dinâmicas de mobilização de cariz mais popular. Seguindo as propostas de Roger Dupuy, (*La politique du peuple. Racines, permanences et ambiguïtés du populisme*, 2002, 183-193) temos que analisar, o que este autor chama de **política do povo**, numa perspectiva histórica e antropológica, distinguindo, a partir de Pierre-André Taguieff e de Ernesto Laclau, entre populismo espontâneo (democrático ou de protesto social – *dêmos-plebs*) e populismo instrumentalizado (quase sempre de protesto identitário – *dêmos-ethnos*)

A distinção entre velhos e novos movimentos sociais deve ser abandonada, porque todos os movimentos avançam argumentos culturais e identitários (Alvarez *et al.*, 1998; Johnston e Klandermans, 1995). Contudo, estas novas propostas não enfatizam suficientemente a importância das emoções e do lúdico na dinâmica dos movimentos sociais (Jasper, 1996).

Com efeito, e seguindo a proposta de Vincianne Despret, as emoções são modos de definição e de negociação das relações sociais e da pessoa numa ordem moral local (1999:302). O papel das emoções é crucial não só na negociação de identidades mas também como formas de saber viver numa **ordem moral, como formas de resistência**. As emoções, mais do que algo que invade ou domina os indivíduos, impõem-se aos dispositivos sociais e culturais existentes. Isto é, as emoções manifestam-se em corpos e em culturas, sendo articulações de possíveis, descobertas permanentes de possibilidades de ser e de fazer. Assim, cada indivíduo encontra-se inserido em teias e trajectórias de relações familiares, laborais, associativas, políticas e culturais que lhe conferem uma posição, provisória e negociada, numa hierarquia de credibilidade (Becker, 1970: 126-134). E, como sugere Roger Gould (1995), as identidades pessoais são baseadas em experiências directas e capacitam para a acção a partir da interacção de pequena escala, local. As organizações formais são importantes porque agregam redes interpessoais diversas e aumentam a escala da acção colectiva, permitindo o diálogo, a negociação e a confrontação com os outros identitários, num processo de equilíbrio provisório e instável entre transcendência e imanência.

Pretendo também neste trabalho analisar **as categorias da indignação** (Boltanski e Chiapello, 1999; Heinich, 1999), procurando detectar que mobilizações se estabelecem, que redes se criam, que inscrições são feitas (em objectos, instituições ou espaços). Tendo como objecto as categorias comuns da indignação, pergunto que condições e constrangimentos conduzem ao distanciamento dos intervenientes que permite a crítica. Argumento também que a identidade e o reconhecimento pessoais são distintos da identidade e do reconhecimento colectivos. Cabe, assim, tentar perceber como se articulam este dois tipos de reconhecimento, tomando em consideração a pluralidade dos princípios de justiça ou de grandeza (Boltanski e Thévenot, 1991).

É importante verificar quais os valores em que se baseiam as operações de avaliação dos actores, quais os modos de justificação das suas acções e o grau de estabilidade e reversibilidade desses valores (Boltanski, 1990).

3. O potencial emancipatório de uma luta

Reflectindo sobre o potencial emancipatório do caso concreto em análise, dialogo com as propostas de Boaventura de Sousa Santos quando procura estabelecer os princípios que podem orientar a construção de um conhecimento-emancipação e de um senso comum emancipatório (2000: cap. 6). Convocando sobretudo os espaços estruturais da comunidade e da cidadania, e atendendo às suas formas específicas de poder (diferenciação desigual e

dominação, respectivamente), procuro precisar as diferentes formas de resistência activadas pelos participantes no Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim e as sociabilidades alternativas que estes criaram.

No espaço da comunidade, há a necessidade de congregar os participantes no Movimento sob uma estratégia de unidade e de acções concertadas. Este unanimismo estratégico, associado à grande desconfiança perante os estranhos e o exterior, poderia levar à produção de uma comunidade-fortaleza, com fortes hierarquizações internas (Santos, 2000: 314). Mas, a prática das reuniões semanais, um exercício democrático de partilha de poder, assim como as sessões de esclarecimento para a população em geral, permitem o confronto, o debate, a assunção de ideias, identidades e identificações distintas, confluentes num objectivo comum mas não normalizador. A liderança colegial e o confronto semanal com os participantes do Movimento são inovações organizacionais que propiciam a criação de um espaço público dialógico e participado. Se a existência dos líderes é vista como incontornável na representação do Movimento perante o exterior, é uma liderança sempre provisória, obrigada, pela participação democrática das pessoas, a uma proximidade constante aos participantes e às suas opiniões, problemas e perplexidades. A ideologia igualitária e fraterna, proveniente da história operária da localidade e do vocabulário e reportório de acções do período revolucionário pós-25 de Abril, obriga a ouvir cada voz e cada opinião de forma igual.

Concomitantemente, a prática de debate e de análise constante dos acontecimentos mais relevantes para o Movimento e para a localidade induzem um grau bastante elevado de politização de todos os participantes. A grande tensão advém, e aqui poderá residir um dos principais obstáculos à criação de um senso comum emancipatório, da necessidade de submissão das lógicas e das identificações político-partidárias dos participantes no Movimento aos interesses da luta pela elevação a concelho. Como as identificações partidárias marcam de forma indelével as identidades pessoais dos participantes, tal situação conduz a dilemas ideológicos e identitários profundos, podendo criar linhas de fractura, de silenciamento e até de censura na comunidade. Por outro lado, a base popular do Movimento exclui do mesmo a maior parte dos representantes das elites económicas e culturais da localidade. Este populismo assumido, associado a uma visão negativa e crítica das lógicas de dominação tradicionais, estabelece também tensões dinâmicas no interior da localidade e na sua articulação com os poderes exteriores.

A participação das mulheres no espaço público da comunidade e no espaço político mais vasto assume especial importância na análise deste Movimento. Esta visibilidade das mulheres deriva do seu papel decisivo nos acontecimentos fundadores que marcaram a localidade em 1982. Desde essa data a sua presença é inquestionável e encontra-se totalmente legitimada.

O grande obstáculo a uma prática emancipatória completa assenta na quase ausência de mulheres nos cargos de liderança do Movimento, reproduzindo a lógica patriarcal dominante no espaço doméstico. E, como bem afirma Boaventura de Sousa Santos (2000: 285), as lutas emancipatórias têm que atender a todos os espaços estruturais e não se confinarem àqueles onde as práticas contra-hegemónicas são mais visíveis. Mostrando as entrevistas que realizei e as conversas com mulheres que participam no Movimento uma consciência clara desta situação, embora justificando a delegação do poder de representação nos homens, é de esperar que haja no futuro uma maior pressão para as mulheres terem um peso mais significativo e relevante nas estruturas dirigentes do Movimento.

É no espaço estrutural da cidadania que o Movimento mais marcou a sua posição. Com efeito, a estratégia nos últimos anos foi de confrontar o Estado e os seus representantes nacionais (Governo e Assembleia da República), projectando a luta para o âmbito nacional e reivindicando uma democracia participativa e radical. Além de criarem espaços-tempo que promovem as deliberações democráticas, como vimos atrás, procederam à dessacralização dos representantes nacionais e locais do Estado. Este afastamento real e simbólico dos participantes do Movimento aos representantes do sistema político nacional não induziu um afastamento dos marcadores identitários de uma comunidade imaginada portuguesa. A crítica ao sistema político vigente não perpassa para uma crítica do regime democrático.

As histórias e as narrativas contadas, a memória colectiva de luta, cristalizada nalguns momentos marcantes, além de serem marcadores concretos da capacidade de luta e de protesto, representam uma possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias e interpelantes da hegemonia do Estado. Os narratemas dos habitantes de Canas que simpatizam com o seu Movimento, e as suas acções concretas de protesto, procuram reespecificar e desconstruir, com base num igualitarismo radical, os conceitos de liberdade, de democracia e de poder. No entrecruzar entre memórias pessoais e colectivas, o sonho é a afirmação da sua autonomia e a prática é uma de resistência e de afirmação perante o exterior, na busca do reconhecimento pessoal e colectivo. Estas práticas produziram sociabilidades alternativas de participação efectiva das mulheres no espaço público e acesso igual de todos os participantes à possibilidade de fazerem ouvir a sua voz. O espaço público é dialógico e participado, embora marcado por várias tensões.

Os maiores obstáculos à criação de um senso comum emancipatório derivam da reprodução da lógica patriarcal no trabalho de representação do Movimento, isto é, do não acesso das mulheres à liderança do mesmo, e do populismo que conduz à exclusão das elites, criando tensões internas na comunidade e no relacionamento desta com os poderes exteriores.

Neste artigo dei especial ênfase aos processos de identificação subjectiva e colectiva dos participantes do Movimento. Para aquilatar da produção de subjectividades emancipatórias, individuais e colectivas, recorro aos topoi definidos por Boaventura de Sousa Santos: a fronteira, o barroco e o sul (2000: 321-352). E isto, porque como afirma este autor, estes topoi «[...] presidem à reinvenção de uma subjectividade com capacidade e vontade de explorar as potencialidades emancipatórias da transição paradigmática» (2000: 352).

As metáforas de fronteira e do sul devem ser lidas neste caso concreto como a afirmação da interioridade, de um espaço periférico no interior do país que permite uma desconstrução crítica das lógicas hegemónicas de um Estado centralizador. Da metáfora da fronteira parecem-me relevantes reter o uso selectivo e instrumental das tradições, a invenção de novas formas de sociabilidade e a produção de hierarquias fracas (Santos, 2000: 322-323). Da primeira temos como exemplo a invocação do facto da localidade ter sido conelho durante mais de 700 anos, dando legitimidade e espessura históricas às pretensões actuais.

Por outro lado, a tradição operária da localidade alimenta a retórica de irmandade e de solidariedade e as dinâmicas congregadoras de um familismo ideológico². As tradições alimentam a utopia política da localidade.

Quanto às novas formas de sociabilidade e às hierarquias fracas, as reuniões semanais, as sessões de esclarecimento e a comemoração anual dos acontecimentos de 1982, produzem e reproduzem um espaço público de proximidade, de solidariedade e, sobretudo no último tipo de sociabilidade, uma comunhão não mercantil entre cidadãos iguais.

Da metáfora que permite a elaboração de uma subjectividade barroca (Santos, 2000: 330-340), saliento a espacialidade predominantemente local ligada ao Movimento. Este localismo radical mobiliza política e socialmente os participantes do Movimento e torna-os cidadãos informados da vida política e partidária de âmbito nacional. Como descrevi antes (no ponto 3.4), as actividades do Movimento, das mais banais às mais expressivas, são marcadas por momentos constantes de distância lúdica, de ironia e riso e até por uma lógica de subversão³. A

² No caso das regiões de Boycá e de Medellin na Colômbia, um contexto bastante distinto, marcado por acções de extrema violência e por um estado de terror, Francisco Gutierrez e Ana Maria Jaramillo (2000) argumentam que o potencial emancipatório estará na ideia de pessoa e no individualismo que dote os sujeitos de diferenças e de potenciais. Estas concepções da pessoa humana e do individualismo poderão contrariar as dinâmicas colectivas microterritorializadas que originam, nas regiões analisadas pelos autores, identidades territoriais niveladoras e uniformizadoras que coíbem a participação política e cívica dos participantes nos diferentes grupos e movimentos, sendo também a acção do Estado marcada por uma grande ambiguidade.

³ Apesar de não entrar directamente no âmbito deste artigo, refira-se que Canas de Senhorim é famosa pelo seu Carnaval, um tempo forte de crítica social e de rivalidades intralocalidade, e que constitui um momento importante de encontro da comunidade com os muitos naturais que estão deslocados em outras regiões do país e no estrangeiro. Um dos lugares da localidade que participa no desfile de Carnaval tem satirizado nos últimos anos o Presidente da Câmara de Nelas e alguns dos seus vereadores.

recusa de menoridade da localidade e o igualitarismo extremo expressam-se em celebrações constantes de inconformismo, de revolta e de lógicas e acções contra-hegemónicas.

Da subjectividade do sul o mais relevante para este contexto são as memórias pessoais e colectivas que enfatizam, de forma constante nas conversas quotidianas e nalgumas acções do Movimento (greves de fome), a ideia de sofrimento, de uma perda no tempo de condições de vida decentes e dignas na comunidade. Esta fenomenologia do sofrimento (Santos, 2000:351) cria laços de solidariedade e permite a construção de analogias com situações de exploração e opressão que vão do espaço nacional ao espaço mundial. Por diversas vezes ouvi a comparação do caso de Canas com a situação de Timor Lorosae ou com a do País Basco. Se estas comparações puderam parecer exageradas a muitos comentadores e jornalistas, estes esqueciam-se do fio que as tecia e ligava, o sofrimento, a recusa da falta de reconhecimento da localidade e a procura permanente de uma maior dignidade dos participantes no Movimento enquanto pessoas e cidadãos.

Referências bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia *et al.* (1998), «Introduction: The Cultural and the Political in Latin American Social Movements», in Sonia Alvarez *et al.* (orgs.), *Cultures of Politics Politics of Cultures. Re-Visioning Latin American Social Movements*. Boulder: Westview Press, 1-29.
- BECKER, Howard (1970), *Sociological Work. Method and Substance*. Chicago: Aldine Publishing Company.
- BOLTANSKI, Luc (1990), *L'amour et la justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- BOLTANSKI, Luc; Chiapello, Ève (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- DESPRET, Vinciane (1999), *Ces émotions que nous fabriquons. Ethnopsychologie de l'authenticité*. Le Plessis-Robinson: Institut Synthélabo.
- GOULD, Roger V. (1995), *Insurgent Identities. Class, Community, and Protest in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press.
- HEINICH, Nathalie (1999), *L' épreuve de la grandeur. Prix littéraires et reconnaissance*. Paris: La Découverte.
- JASPER, James (1996), *The Art of Moral Protest. Culture, Biography, and Creativity in Social Movements*. Chicago: The University of Chicago Press,
- JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (orgs.) (1995), *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.